

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAÍS AQUEMI OHARA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO:
UMA REVISÃO TEÓRICA E SISTEMÁTICA

CURITIBA

2021

LAÍS AQUEMI OHARA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO:
UMA REVISÃO TEÓRICA E SISTEMÁTICA

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de especialização de Análise Ambiental do Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

CURITIBA

2021

Unidades de Conservação e Alternativas de Desenvolvimento: uma revisão teórica e sistemática

Laís Aquemi Ohara

RESUMO

O presente trabalho faz uma revisão teórica e sistemática da literatura com o propósito de evidenciar e analisar o diálogo entre as unidades de conservação e os processos de desenvolvimento alternativos ao modelo de crescimento econômico. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Foram realizadas buscas nos Periódicos Capes, combinando variações do termo unidades de conservação com desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial. Foram encontrados 579 trabalhos, dos quais foram selecionados 16 artigos para composição do portfólio bibliográfico. O portfólio incluiu pesquisas realizadas em várias regiões do território brasileiro, contemplando contextos que se diferenciam entre si. A maior parte das pesquisas foram realizadas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. A principal atividade econômica presente nas unidades de conservação foi o turismo, em variadas tipificações. Ressalta-se a importância das organizações locais para um desenvolvimento voltado às potencialidades do território e para articulação junto às unidades e atores envolvidos. Salienta-se também a relevância de captação de recursos para realização de projetos estruturantes. Entre as dificuldades mencionadas, sobressaíram-se os conflitos e a falta de recursos, que leva a precariedade na qualidade de vida das populações locais e no desenvolvimento do turismo. O trabalho fornece um importante panorama sobre o tema, contribuindo para subsidiar futuras pesquisas e apoiar a gestão de unidades de conservação.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Desenvolvimento Territorial. Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Sustentável. Revisão bibliográfica.

ABSTRACT

The present work makes a theoretical and systematic literature review with the purpose of evidencing and analyzing the dialogue between protected areas and alternative development processes to the economic growth model. This is an exploratory and descriptive research. A search was made in the Capes journals, combining variations of the term protected areas with sustainable development, local development and territorial development. A total of 579 papers were found, from which 16 articles were selected for the composition of the bibliographic portfolio. The portfolio included research carried out in various regions of the Brazilian territory, contemplating contexts that differ from each other. Most of the research was carried out in Sustainable Use

Conservation Units. The main economic activity present in the protected areas was tourism, in various types. The importance of local organizations for a development focused on the potentialities of the territory and for articulation with the protected areas and the players involved is emphasized. The relevance of raising funds for structuring projects is also highlighted. Among the difficulties mentioned, the conflicts and the lack of resources stand out, which leads to precariousness in the quality of life of the local populations and in the development of tourism. The work provides an important panorama on the theme, contributing to subsidize future research and support the management of protected areas.

Keywords: Protected areas. Territorial Development. Local Development. Sustainable development. Literature review.

1 INTRODUÇÃO

A proteção de áreas naturais está ligada aos valores associados ao território, como aspectos paisagísticos, físicos e ecológicos, que necessitam ser protegidos em um cenário de avanço da destruição de ecossistemas e paisagens. O contexto atual caracteriza-se em uma crise ambiental, gerada por um modelo de produção e consumo que não priorizou a sustentabilidade da vida e baseou-se no crescimento econômico ilimitado, acelerada pela Revolução Industrial e pelo incremento da mecanização da agricultura (COELHO et al.; 2013). Leff (2001), por sua vez, ressalta que foram geradas uma racionalidade econômica e uma irracionalidade ecológica, a partir de uma lógica mecanicista na qual se legitima o crescimento econômico em detrimento dos processos da natureza, exemplificados pela manutenção da biodiversidade e das funções ecossistêmicas e pela regulação climática.

A degradação ambiental vem modificando os sistemas ecológicos gerando consequências irreversíveis, sendo drásticas ao ponto de caracterizar uma transição crítica da biosfera¹ (BARNOSKY et al. 2012). Desta forma, é imprescindível que sejam ampliadas as alternativas de desenvolvimento que tenham a questão ambiental como

¹ Segundo Barnosky et al. (2012), as transições críticas resultam em mudanças abruptas no estado da biosfera, em escala global, se sobrepondo às tendências observadas e provocando efeitos desconhecidos. Os autores afirmam que um dos exemplos de transições críticas são as cinco grandes extinções em massa, provocadas por eventos geológicos e climáticos de grandes proporções. A quinta grande extinção em massa ocorreu ao final do período Cretáceo e foram extintas ao menos 75% das espécies da Terra.

pilar, realizando também medidas que possam conter esta degradação. A proteção de áreas naturais é uma das estratégias de conservação da natureza, que consiste no manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável e a restauração do ambiente natural, para que seja possível produzir maior benefício em bases sustentáveis às atuais e futuras gerações, garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

As áreas protegidas estão presentes em diversos locais do mundo e interferem diretamente nos territórios, na relação das pessoas com o meio ambiente e nas atividades humanas. Segundo a definição da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), área protegida corresponde a uma área geográfica definida, reconhecida e gerada por meios legais ou outros que sejam eficientes, que tem como objetivo principal a conservação da natureza, buscando manter a longo prazo um grau de naturalidade do ecossistema protegido, a conservação dos serviços associados aos ecossistemas e de valores culturais (DUDLEY, 2008). No Brasil, utiliza-se o termo unidade de conservação (UC), que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, é definida como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Há mais de 2.400 unidades de conservação no território brasileiro, entre as unidades administradas pela esfera federal, estadual e municipal, segundo os dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (2020), podendo haver outras unidades que não estão devidamente cadastradas. Desta forma, há uma parcela importante do território, cuja gestão é norteadada por normativas específicas, que geram relações socioambientais diferenciadas de outros territórios. Por meio destas normas, por exemplo, não são permitidas certas atividades que degradem o meio ambiente no interior e nas adjacências das unidades, ou só podem acontecer mediante processos de licenciamento ambiental.

As unidades de conservação aportam mudanças nos territórios, nas formas de exploração dos recursos naturais, nas atividades econômicas e no modo de vida de determinadas populações, estando diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos

territórios. Buscando compreender de que forma as unidades de conservação se inserem nestes processos, o presente trabalho será orientado pela seguinte pergunta: como a literatura expressa o diálogo entre as unidades de conservação e as alternativas de desenvolvimento? Assim, o objetivo principal é investigar o diálogo, considerando a integração e as possíveis relações, entre as unidades de conservação e os processos alternativos de desenvolvimento nos territórios, mediante análise de publicações e pesquisas científicas realizadas no Brasil

1.1 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

A adoção do modelo de crescimento associado à industrialização resultou, no contexto da América Latina, em endividamento e não repercutiu em melhorias de qualidade de vida para sua população, que em sua grande maioria permaneceu em condições de extrema pobreza (BIELSCHOSKY, 2000; FURTADO, 2004). Perroux (1981) menciona que há crescimento sem desenvolvimento quando, além de grande parcela da população encontrar-se em níveis de pobreza, há o individualismo utilitarista e a desigualdade entre grandes economias e demais países. O autor ressalta que o desenvolvimento deve englobar valores econômicos, sociais e culturais, no qual a coletividade desfruta de uma boa estrutura de vida e a utilização dos bens é vantajosa para todos.

Além dos graves efeitos sociais da industrialização, o crescimento econômico a qualquer custo teve como consequência a poluição e contaminação biológica. Tais problemas puderam ser observados em todo o mundo, podendo-se ilustrar pelo Nevoeiro de Londres em dezembro de 1952, quando a poluição de fábricas ficou aprisionada e provocou milhares de mortes por complicações respiratórias (LOGAN, 1953). Houve também o advento do conhecimento sobre os malefícios à saúde das pessoas e ao meio ambiente devido ao uso indiscriminado de pesticidas, conforme Carson (1962) demonstrou em “Primavera Silenciosa”, livro que foi um marco para os movimentos ambientalistas.

Em 1972, o Relatório “Limites do Crescimento” elaborado pelo Clube de Roma gerou grande repercussão. O documento alertava que caso fossem mantidas as tendências de aumento da população, das atividades econômicas, da contaminação e da destruição ambiental, seria uma questão de tempo até alcançar os limites do planeta, gerando um provável declínio da população e também da capacidade

industrial (MEADOWS et al., 1972). Nesse sentido, o crescimento econômico teria um custo mais alto do que os benefícios aportados, fato que geraria um crescimento “anti-econômico” (CECHIN, 2018).

Conferências internacionais, como a Conferência de Estocolmo em 1972, passaram a evidenciar a degradação dos aspectos ambientais e sociais pelo modelo vigente. A ampliação dos conhecimentos relativos aos problemas decorrentes do crescimento econômico apontou a necessidade de mudanças. Assim, passaram a ser estruturadas novos estilos de desenvolvimento, considerando as concepções e estratégias, que representassem alternativas ao que estava posto.

O Relatório “Nosso Futuro Comum”, cunhou o termo Desenvolvimento Sustentável, que deve “atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 46). Este documento se pauta na busca da equidade e do interesse comum, reconhece a pobreza que existe em muitos países e a suscetibilidade de alguns grupos de maior fragilidade socioeconômica aos danos ambientais. Seriam objetivos para um futuro comum: o atendimento das necessidades humanas essenciais, a inclusão do meio ambiente como um dos aspectos em todos os processos decisórios e a conservação dos recursos naturais e da natureza.

É necessário que o ambiente seja uma dimensão do desenvolvimento (SACHS, 1986). Este autor propõe o conceito de “ecodesenvolvimento”, estilo de desenvolvimento baseado em soluções específicas para os problemas de uma ecorregião, levando em consideração questões ecológicas e culturais, valorizando recursos ecorregionais e a participação das populações locais. Este enfoque passou a ser explorado em um contexto micro, de localidade, que se opõe às teorias que entendem o desenvolvimento como um modelo padrão a ser aplicado em ampla escala, sem considerar as peculiaridades de cada ecorregião.

O desenvolvimento local se apresenta como uma alternativa, sendo pensado em um espaço delimitado, como um município ou uma micro-região, integrando dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, e baseando-se no aproveitamento dos recursos e oportunidades locais (JARA, 1998). Buarque (2002) ressalta a importância da organização e mobilização social das localidades com o objetivo de explorar suas próprias potencialidades, assegurando a conservação dos recursos naturais locais e consequentemente a qualidade de vida.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2002, p. 25).

O conceito de desenvolvimento territorial não se contrapõe ao conceito de desenvolvimento local. Vieira (2009) esclarece que tanto os estudos sobre desenvolvimento local e territorial contribuem com noções, que considera sistêmicas, sobre equidade, descentralização, autonomia e sistemas produtivos integrados. No desenvolvimento territorial, o território é componente central, conjugando processos sociais e naturais, e elementos como as relações de poder, redes de circulação e comunicação, identidades e natureza (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009). Segundo Pecquer (2005, p. 12):

O desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização de atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.

O autor menciona que as estratégias de desenvolvimento devem fomentar o reconhecimento e valorização dos recursos próprios do território em um processo de especificação dos seus ativos, que os diferencia em relação aos demais territórios. O enfoque territorial agrega princípios de endogeneidade, especificidade, valorização dos recursos territoriais e cooperação entre os atores sociais (VIEIRA, 2013), tendo potencial para contribuir com a diminuição da pobreza (VIEIRA, 2009).

As unidades de conservação alteram, a partir de seu objetivo intrínseco de conservação da natureza, os territórios e as realidades locais. Portanto, entende-se que o diálogo entre as unidades de conservação e as alternativas de desenvolvimento deve necessariamente considerar o espaço geográfico e o território, observando os recursos locais ou territoriais, além de fundamentar-se na sustentabilidade.

1.2 A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, AS ÁREAS PROTEGIDAS E SUA INTERFACE COM O DESENVOLVIMENTO

Os conceitos relativos à proteção da natureza se modificaram com o tempo, passando da perspectiva do preservacionismo, baseada na preservação das

paisagens selvagens, com a proibição de usos devido à importância cultural e sagrada; para a do conservacionismo que previa a utilização racional e democratizada dos recursos, garantindo o bem-estar das pessoas (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015). Houve a expansão das ideias de proteção da natureza, e ampliaram-se os movimentos de criação de áreas protegidas pelo mundo.

No Brasil, as primeiras áreas protegidas foram o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ambos criados em 1939. Apesar da inspiração no modelo americano, há algumas peculiaridades nas áreas protegidas brasileiras, tais quais: a previsão de usos sustentáveis desde os primeiros instrumentos legais criados, a conotação geopolítica que assumiu e sua utilização como instrumento de controle do território nacional no período de ditadura militar (1964-1984), e o fato de ter ganho novas configurações para adaptar-se à diversidade de biomas e à sociodiversidade (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004). A questão do uso sustentável é um reflexo dos movimentos socioambientalistas, que surgiram na década de 80 no processo de redemocratização do país, e aproximou os movimentos sociais dos movimentos ambientalistas (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação divide as categorias de unidades em dois grandes grupos: as unidades de proteção integral em que o objetivo básico é preservar a natureza admitindo apenas uso indireto dos recursos naturais; e as unidades de uso sustentável que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). As unidades de proteção integral são as Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. As unidades de uso sustentável são as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural. De acordo com o Portal Brasileiro de Dados Abertos (2020), grande parte das unidades de conservação do país é de uso sustentável, dado ilustrado pelas UCs federais, em que 185 são de uso sustentável e 149 são de proteção integral.

Atualmente, as unidades de conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo que anteriormente eram administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA). Entretanto, há também unidades de conservação administradas por órgãos estaduais e municipais, além das reservas particulares do patrimônio natural, que são privadas.

Esta estrutura legal e administrativa de proteção de áreas foi impulsionada pela priorização deste tema em todos os países. A conservação da natureza integra documentos históricos e tratados internacionais que tratam do desenvolvimento como o Relatório Brundtland e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Este documento foi assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no qual menciona que cada parte contratante deve, na medida do possível, estabelecer um sistema de áreas protegidas e a necessidade de promoção do “desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio em áreas adjacentes às áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas” (BRASIL, 1992, p. 11). Fica claro que em uma escala global, as áreas protegidas são uma importante estratégia da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

A conservação da natureza impacta diretamente no desenvolvimento, em primeiro lugar por prestar serviços ambientais, que repercutem no bem-estar das pessoas, qualidade de vida e em atividades econômicas. Young e Medeiros (2018) detalham a contribuição das unidades de conservação nos estoques de carbonos e na proteção dos recursos hídricos, fornecendo água para abastecimento e para produção de energia. A proteção dos ecossistemas gera benefícios econômicos, por meio dos valores econômicos indiretos como a proteção do solo, o controle climático além do valor educacional e científico (VALLEJO, 2002).

As unidades de conservação podem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social (YOUNG; MEDEIROS, 2018). Sabendo que o desenvolvimento em bases sustentáveis necessita de políticas públicas que sejam compatibilizadas com contexto socioambiental e econômico local (GURGEL et al., 2009), é importante reconhecer a importância dos aspectos territoriais no contexto das unidades de conservação. Vallejo (2002) ressalta que para as funções sociais e ambientais das UCs se consolidarem, deve ser realizado o ordenamento no território envolvendo as comunidades biológicas e humanas, relacionando a natureza com a sociedade.

Para discutir as potencialidades do desenvolvimento em territórios com UCs, é necessário primeiramente atentar-se à categoria a que está se referindo, pois implica na possibilidade de haver apenas o uso indireto dos atributos naturais ou o uso

sustentável. A depender da categoria, poderão haver determinados usos que promovam a geração de trabalho e renda dentro ou fora da Unidade de Conservação.

Gurgel et al. (2009) realizaram uma classificação para o SNUC, analisando os tipos de atividades econômicas permitidas em cada categoria de unidade de conservação. Os autores concluíram que mesmo considerando as normas referentes aos usos de solo e de exploração de recursos, é possível a realização de atividades que “contribuem para a geração de renda, emprego, aumento de qualidade de vida e desenvolvimento do país, sem prejuízo à conservação ambiental” (GURGEL et al., 2009, p. 117). Para que este cenário seja melhor consolidado, os autores apontam que é necessário investimento e visão estratégica, para que as UCs possam além de conservar a natureza, propiciar o desenvolvimento das populações locais. Assim, consideram que há um falso dilema entre a conservação e o desenvolvimento e que é possível fomentar o desenvolvimento social, econômico e científico, observando o zoneamento a normas de uso.

A partir disso, compreende-se que as unidades de conservação não representam entraves aos processos de desenvolvimento que sejam alternativos ao modelo de crescimento econômico e de exploração predatória da natureza. Desta forma, busca-se aprofundar os conhecimentos sobre estas relações entre áreas protegidas e alternativas de desenvolvimento em territórios brasileiros.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa exploratória, buscando constituir maior compreensão sobre o tema, que é o diálogo entre as unidades de conservação e alternativas de desenvolvimento nos territórios; além de ser uma pesquisa descritiva, pois descreve as características de um grupo, que neste caso são publicações, estabelecendo relações entre as variáveis (GIL, 2002). A pesquisa tem abordagem quali-quantitativa, na qual aspectos quantitativos e qualitativos foram utilizados complementarmente, havendo a quantificação de dados, mas também a descrição da complexidade e as particularidades do objeto de estudo (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009; RICHARDSON, 1999).

Com relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, modalidade que permite ampla análise dos fenômenos a partir da literatura (GIL, 2002). Constitui uma revisão sistemática, que é uma investigação científica com

métodos estabelecidos, no qual se utilizam critérios de seleção para compor um conjunto de estudos relevantes para revisão (COOK; MULROW; HAYNES, 1997). Foram utilizados preceitos do processo estruturado de revisão bibliográfica, empregado e descrito por Ensslin et al. (2014), para a definição das palavras-chaves, a exclusão de trabalhos duplicados e a leitura para verificar alinhamento com o tema. Utilizou-se também etapas do protocolo de Sampaio e Mancini (2006) para seleção criteriosa de bibliografias, considerando a avaliação crítica dos títulos, dos resumos e do texto, por meio de critérios pré-determinados.

Inicialmente, foi definida a base de dados, as palavras-chaves e a estratégia de busca (Tabela 01). Utilizou-se o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ser a principal base de dados brasileira. Definiu-se como eixos norteadores as unidades de conservação e as alternativas de desenvolvimento, combinadas pelo operador booleano “AND”, para estabelecer o diálogo entre eles. As palavras-chaves foram inseridas em português. As alternativas de desenvolvimento consideradas foram desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, com uma busca para cada termo. Foram utilizados os termos “unidades de conservação” e “áreas protegidas”, no singular e no plural, intercaladas pelo operador booleano “OR”, para contemplar o máximo de resultados possíveis. Foi aplicado o filtro de data de publicação, refinando para publicações de 2010 a 2020.

Através das três buscas realizadas no Portal de Periódicos da CAPES, foram encontrados 579 trabalhos, que compuseram o banco de dados brutos, cujos dados de título, autores, resumo, revista e ano de publicação foram inseridos em planilha no Excel. Os resultados da busca de desenvolvimento sustentável representaram a grande maioria.

TABELA 1 – PALAVRAS-CHAVES UTILIZADAS PARA A PESQUISA.

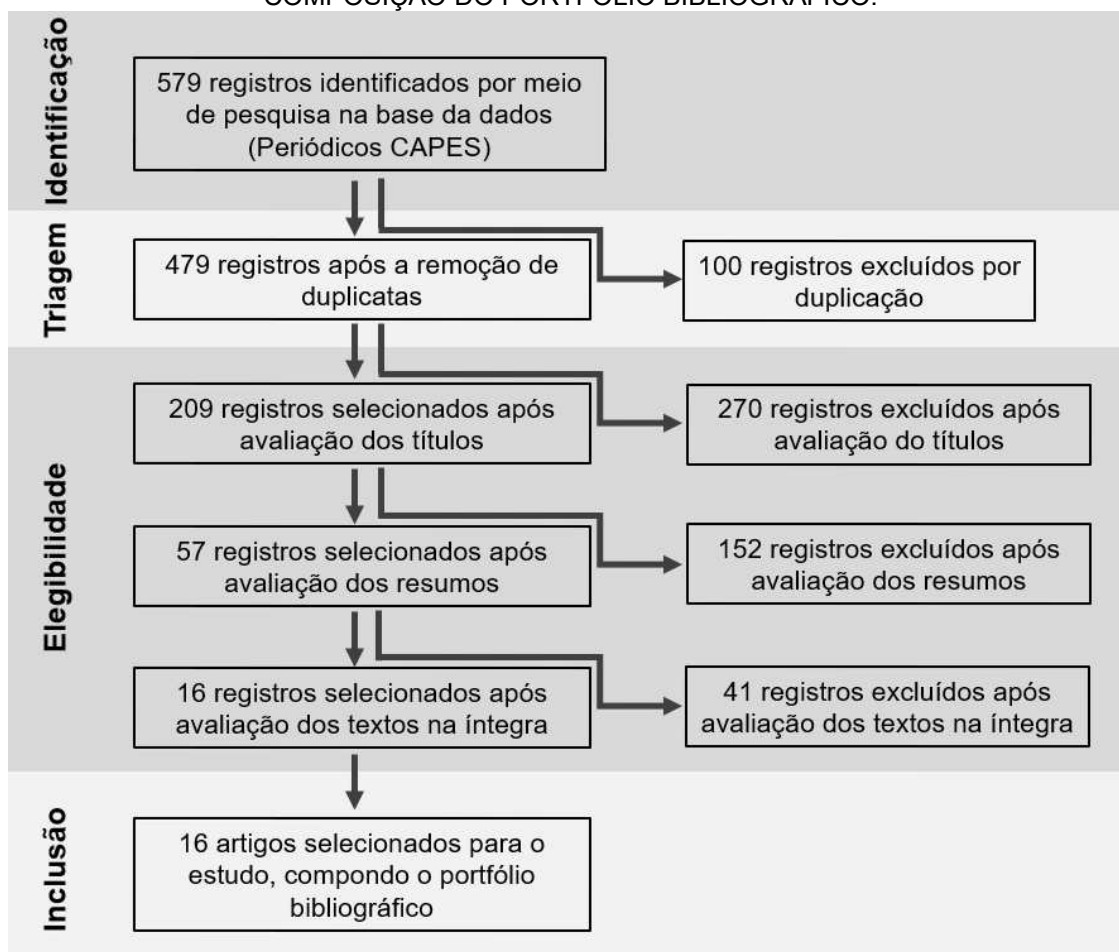
Eixo 01	Operador Booleano	Eixo 02	Número de resultados	Percentual do total
Desenvolvimento Sustentável	AND	“Unidade de Conservação” OR “Unidades de Conservação” OR “Área Protegida” OR “Áreas Protegidas”	455	78,6%
Desenvolvimento Local	AND	“Unidade de Conservação” OR “Unidades de Conservação” OR “Área Protegida” OR “Áreas Protegidas”	85	14,7%
Desenvolvimento Territorial	AND	“Unidade de Conservação” OR “Unidades de Conservação” OR “Área Protegida” OR “Áreas Protegidas”	39	6,7%

FONTE: A autora (2021).

A seleção dos trabalhos do banco de dados brutos para composição do portfólio bibliográfico se baseou no alinhamento com o tema. Não foram utilizados parâmetros bibliométricos para seleção dos artigos, por meio do reconhecimento científico das publicações, como número de citações e grau de relevância dos periódicos, a exemplo de Ensslin et al. (2014). Os trabalhos selecionados deveriam atender aos seguintes critérios: i. Uma das alternativas de desenvolvimento deveria compor o tema do trabalho; ii. Análise da situação específica de uma ou mais unidades de conservação brasileiras; iii. Realizar o diálogo dos temas unidade de conservação e alternativa de desenvolvimento.

Para seleção dos artigos, primeiramente foram excluídas todas as duplicatas do banco de dados brutos. Posteriormente, foram realizadas etapas em sequência de leitura e avaliação dos títulos, dos resumos e do texto completo dos trabalhos selecionados, conforme demonstrado na Figura 01. Os trabalhos excluídos em grande parte não abordavam efetivamente o desenvolvimento ou as unidades de conservação como tema principal, ou focavam em questões relativas aos conflitos ambientais, à educação, ao turismo como a gestão de projetos turísticos, à percepção de visitantes, e às atividades como manejo de espécies florestais, sementes ou mariscos. Foram selecionados 16 artigos para compor o portfólio bibliográfico (Apêndice I).

FIGURA 1 – DIAGRAMA DESCRITIVO DAS ETAPAS DE SELEÇÃO DE TRABALHOS PARA COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO.



FONTE: A autora (2021). Elaborado com base no Diagrama Prisma (Moher et al., 2009).

A partir do portfólio bibliográfico, foram extraídos os seguintes dados e inseridos em planilha do Excel: i) área da revista de publicação (informação obtida pela descrição do escopo no site da revista); ii) procedimentos metodológicos; iii) estado e bioma da área de estudo; iv) categoria de unidade de conservação e nível da administração da unidade; v) conceito de desenvolvimento e demais conceitos relacionados; vi) oportunidades identificadas, como atividades econômicas existentes e questões relativas aos atores locais e aos recursos; vii) dificuldades mencionadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O portfólio contemplou trabalhos que se distribuíram no período considerado, sendo que sete que foram publicados entre 2010 e 2015 e nove entre 2016 e 2020. A distribuição dos anos das publicações pode ser visualizada na Figura 02. Foi

observado o aumento do número de publicações nos últimos anos, apesar de não ser expressivo. Entretanto, ainda são poucos trabalhos que abordam o diálogo entre as unidades de conservação e as alternativas de desenvolvimento, demonstrando que a temática pode ser melhor explorada.

FIGURA 2 – ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO



FONTE: A autora (2021).

Dos 16 artigos, cinco foram resultados da busca de desenvolvimento sustentável (31,25%), sete de desenvolvimento local (43,75%) e quatro de desenvolvimento territorial (25%). Estes números são diferentes dos percentuais do banco de dados brutos, no qual a busca de desenvolvimento sustentável representou aproximadamente 80% dos trabalhos. Uma razão para esta discrepância é que muitos trabalhos que aparecem como resultado da busca, apenas citam o termo “desenvolvimento sustentável”, sem que seja o tema principal ou que haja discussões sobre o assunto. Já desenvolvimento local e territorial são termos mais específicos, sendo mais utilizados dentro de um contexto de pesquisa.

Com relação aos periódicos, há quatro trabalhos publicados em revistas internacionais e doze em revistas nacionais. A revista *Ambiente & Sociedade* foi a que teve maior número de publicações no portfólio bibliográfico, com três publicações, seguida da revista *Sociedade & Natureza*, com duas publicações. As demais revistas tiveram apenas uma publicação considerada pelo portfólio, resultando em um total de 13 revistas. Três revistas tem um escopo interdisciplinar, duas revistas tem o escopo voltado para a geografia, duas revistas para pesquisas relacionadas ao

desenvolvimento, duas para o turismo, duas para administração (ciências da administração e administração e políticas públicas), uma para ciências sociais e uma para publicações multidisciplinares.

Estes dados demonstram que as publicações sobre o tema estão em revistas de diferentes áreas do conhecimento, principalmente naquelas que possuem cunho interdisciplinar ou multidisciplinar. Ressalta-se também a representatividade de publicações no âmbito das ciências naturais em revistas da geografia, não havendo nenhuma publicação em revista voltada para a biologia ou ecologia. Este fator denota que possivelmente apesar de haver muitas pesquisas em unidades de conservação no âmbito da ecologia, por exemplo, poucas discutem de forma integrada com as questões de desenvolvimento.

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados nos artigos, 10 das 16 pesquisas realizaram revisão teórica bibliográfica ou documental, sendo que em quatro delas houve combinação entre a pesquisa teórica e a pesquisa de campo. Dez pesquisas realizaram entrevistas como forma de coleta de dados, e os entrevistados sempre foram sujeitos locais, com destaque aos moradores de comunidades. Também foram entrevistados membros de associações locais, empreendedores, agentes do desenvolvimento sustentável, integrantes de organizações não-governamentais, instituições do governo e igreja católica.

Considerando que foram buscados trabalhos em que houvesse o diálogo entre as UCs e o desenvolvimento dos territórios onde se encontram, é bastante aderente a informação de que investigações de campo sejam conduzidas com a participação dos sujeitos locais. Diferenciou-se na metodologia, uma pesquisa que realizou pesquisa ação e observação participante em reuniões de uma rede local e conselho de uma unidade de conservação (SPERB; SERVA, 2018).

3.1 ÁREAS DE ESTUDO

As pesquisas foram realizadas no Brasil, sendo que apenas no trabalho de Ummus (2015) foram analisados casos brasileiros e de outras regiões do mundo. Houve pesquisas realizadas em mais de um estado: sete foram realizadas no estado do Amazonas, duas em Pernambuco, duas no Pará, duas na Bahia, além pesquisas realizadas nos estados de Rio de Janeiro, Acre, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Santa

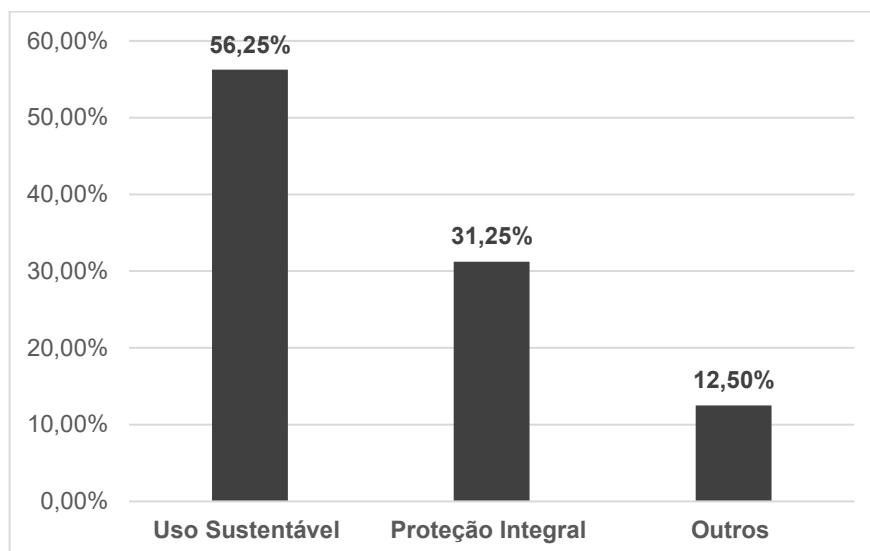
Catarina, Rio Grande do Norte e São Paulo. Portanto, grande parte das pesquisas concentrou-se na Região Norte do país, seguida da Região Nordeste.

A maior parte dos trabalhos foi realizada na Floresta Amazônica, havendo sete representantes no portfólio (SANSOLO, 2020; OLIVEIRA et al. 2010; VIDAL et al.; 2019; MOURA; CASTRO, 2012; TORNEAU; KOHLER, 2011; LIMA; PERALTA, 2011; UMMUS, 2015). O enfoque e a maior quantidade de pesquisas que em outras regiões pode ser em decorrência da rica biodiversidade do bioma, que atrai muita atenção internacional e de sua importância política. Além disso, a Amazônia é o local de origem de duas categorias de unidades de conservação de uso sustentável, tanto das reservas extrativistas, como das reservas do desenvolvimento sustentável.

Há também três trabalhos realizados no bioma Marinho-costeiro, três na Caatinga, dois na Mata Atlântica e um no bioma Cerrado. Houve pesquisas que abrangeram mais de um bioma. A maior parte das unidades encontram-se sob a administração da esfera federal, ou seja, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade havendo casos de unidade de conservação estaduais e municipais.

Com relação aos grupos de unidades de conservação, dois trabalhos não deram enfoque para esta categorização. Um deles focou em um mosaico de unidades de conservação, que é composto por um conjunto de unidades de conservação, que é reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente e dispõe de um conselho consultivo que deve realizar a gestão integrada (BRASIL, 2002). Há ainda uma pesquisa que analisou uma unidade de proteção integral e uma de uso sustentável. Excetuando estes dois trabalhos citados, nove artigos são pesquisas realizadas em unidades de uso sustentável (56,25%) e cinco em proteção integral (31,25%). Das unidades de Uso Sustentável, foram mais frequentes as pesquisas em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (6), havendo também pesquisas com Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Floresta Nacional. Os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais corresponderam ao único tipo de categoria de proteção integral abordado nas pesquisas. Os dados relativos às categorias estão ilustrados no Gráfico 01.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHOS POR GRUPO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



FONTE: A autora (2021).

Grande parte dos trabalhos se concentram em Reservas do Desenvolvimento Sustentável e Parques. As Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS são definidas como:

Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2000).

Vê-se que na sua própria definição, a RDS já pressupõe que haja sustentabilidade no uso dos recursos e um alto grau de importância tanto às comunidades, quanto à paisagem e seus aspectos naturais. Considerando que a integração com desenvolvimento se encontra na sua própria concepção, este fator pode ser a razão de terem sido encontrados vários trabalhos que abordassem as RDS. O conceito de Reserva de Desenvolvimento Sustentável se originou no Projeto Mamirauá - AM, envolvendo pesquisadores e comunidades ribeirinhas locais, na busca de uma alternativa que permitisse a coexistência das populações tradicionais ribeirinhas com a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção (MEDEIROS, 2006; MITTERMEIER et al., 2005). Outro aspecto importante é que as RDS possuem uma estrutura de participação na gestão, na figura de um Conselho Deliberativo,

constituído de representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes (BRASIL, 2000).

Com relação aos Parques, consta que seu objetivo é a preservação dos ecossistemas naturais com relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando o desenvolvimento de atividades como a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Desta forma, são unidades de conservação cuja criação enfatiza aspectos contemplativos e interpretativos, componentes da beleza cênica do território, em áreas onde haja o interesse na visitação e em atividades na natureza, sendo a única UC com o objetivo claro no SNUC de realização do turismo ecológico. Esta relação fica ainda mais clara ao analisar que em todos os artigos que estudaram parques, o turismo constitui a principal atividade econômica discutida.

3.2 CONCEITOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO

Ao ler os trabalhos selecionados constatou-se o uso do termo desenvolvimento sustentável em seis pesquisas, desenvolvimento local em seis pesquisas, desenvolvimento territorial em quatro pesquisas. Houve também utilização de outros termos, tais como: desenvolvimento territorial sustentável, desenvolvimento territorial de base conservacionista, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento socioeconômico local, redesenvolvimento e modernização ecológica. Assim, verifica-se que há diversos termos sendo utilizados pelos autores para expressar alternativas de desenvolvimento. Em oito pesquisas, são utilizados termos relativos ao desenvolvimento, porém não há um fragmento no texto reservado a explicar os conceitos e autores que se baseiam (SANSOLO, 2020; OLIVEIRA et al., 2010; UMMUS, 2015; COHEN; SILVA, 2010; VIDAL et al. 2019; SANTOS; GARAVELLO, 2018; DUTRA et al. 2012; SILVA; PIRES, 2016).

Tourneau e Kohler (2011) não realizaram revisão teórica sobre questões de desenvolvimento, mas em um contexto de desenvolvimento sustentável, mencionam o marco da Cúpula da Terra para fomentar projetos deste cunho na Amazônia, analisando situações de áreas protegidas e assentamento sobre o tripé da sustentabilidade, considerando aspectos sociais, econômicos e ecológicos. Lima e Peralta (2017, p. 2) também trazem conceitos relativos ao uso sustentável, que abrangeria “(i) manutenção das características ecológicas e ambientais; (ii) a garantia

da justiça social; (iii) a viabilidade econômica da exploração dos recursos naturais do território”.

Oliveira, Freitas e Nóbrega (2018) enfatizaram a diferenciação do crescimento em relação ao desenvolvimento, sendo que este último seria ligado à geração de emprego e renda, mas também à qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental. Os autores voltam-se ao bem-estar das comunidades e dão enfoque ao desenvolvimento local, citando Mariani (2012) e ressaltando o caráter endógeno e a organização das pessoas para potencializar a localidade.

Silva e Maia (2013), por sua vez, realizaram um compilado de conceitos de desenvolvimento local citando vários autores como Buarque (2002), e pontuam alguns aspectos inerentes ao mesmo:

- Participação como uma vontade intrínseca aos atores sociais;
- Existência de cooperação entre os membros do grupo social que compartilham vivências e, conjuntamente, buscam alternativas para satisfação de suas necessidades e resolução de seus problemas;
- Consciência política desenvolvida pelos grupos sociais organizados no contexto de comunidade;
- Equacionamento de força das dimensões econômica, social e ambiental;
- Negociação dos conflitos de interesses existentes entre Estado, mercado e sociedade;
- Aproveitamento das potencialidades locais pela comunidade (SILVA; MAIA, 2013, p. 563)

Ummus (2015) realizou um estudo sobre projetos de conservação biológica e desenvolvimento socioeconômico local em vários locais do mundo. Estes projetos são chamados Projetos de Conservação e Desenvolvimento Integrados – ICDPs (sigla em inglês de *Integrated Conservation and Development Projects*) e consistem em uma estratégia adotada por ONGs e agências de cooperação internacional. Os ICDPs também são citados por Lima e Peralta (2017) e por Torneau e Kohler (2011).

Teisserenc (2016) utiliza os termos desenvolvimento territorial e desenvolvimento territorial sustentável, com base nas experiências de territórios europeus em redesenvolvimento, que passaram pela desindustrialização, em especial na França. Segundo a autora, principalmente na década de 1980, o desenvolvimento territorial tornou-se uma possível solução à crise econômica, no qual poderes do Estado foram descentralizados, sendo conferidas competências aos coletivos que poderiam realizar ações públicas territoriais. Complementarmente ao contexto

histórico relatado por Teisserenc (2016), consta que o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) tem como pilares a prudência ecológica, a eficiência econômica e a equidade social, baseando-se em soluções endógenas que considerem as condições específicas ecológicas e sociais de cada ecorregião (MANTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2010).

Sperb e Serva (2018) apresentaram um referencial teórico com enfoque principal no desenvolvimento territorial, partindo da concepção do Ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs. O Desenvolvimento Territorial Sustentável é um conceito que está interligado e se complexifica a partir do enfoque do Ecodesenvolvimento (MANTOVANELI JR.; SAMPAIO, 2010; VIEIRA, 2009). Para caracterizar os aspectos territoriais, Sperb e Serva (2016) citam uma série de autores, como Pecquer (2004), além de Abramovay (2010), que enfatiza a importância da cooperação e da construção de coalizões que fortalecem os grupos.

Sperb e Serva (2018) se pautam a cesta de bens territoriais e a economia solidária. A cesta de bens e serviços territoriais consiste na oferta de atributos territoriais que os diferencia, valorizando a cultura própria e o ambiente natural de um território (CAZELLA et al., 2020). Segundo os autores, este sistema necessita de governança territorial, para que seja possível coordenar os atores, por meio da construção de redes e outras formas de cooperação. Uma forma de cooperação são os empreendimentos solidários, provenientes do conceito de Economia Solidária, que se refere a um modo de produção baseado na propriedade coletiva e na liberdade individual, sob os princípios de solidariedade e igualdade (SINGER, 2002).

Martins (2018) utilizou o termo Desenvolvimento Territorial com base conservacionista - DTBC, por meio dos conceitos de Weigand Jr. (2005) e um Edital do Ministério do Meio Ambiente. Trata-se de um termo pouco utilizado, no qual a conservação da natureza assume o papel de base econômica para geração de desenvolvimento no território (WEIGAND JR., 2005). Este autor exemplifica com serviços gerados pela conservação, como: identificação de princípios ativos para medicamentos a partir da biodiversidade genética e ecossistêmica; viabilização de atividades turísticas em decorrência da manutenção da beleza cênica da paisagem; utilização dos recursos hídricos por populações, indústria e agricultura; sequestro de carbono e regulação do clima pelas florestas.

As áreas protegidas assumem uma importância fundamental para um desenvolvimento baseado na conservação, podendo fornecer produtos e serviços,

além de renda para as populações locais (WEIGAND JR., 2005). O DTBC é um conceito que ativa os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável, vinculando-o diretamente com as áreas protegidas. Martins (2018) também cita os Parques Naturais Regionais, um importante elemento de cooperação presente na França, que tem valor natural e cultural, e são fomentados a partir de uma iniciativa do próprio território; tendo influência sob a proposta dos mosaicos, no qual se busca a gestão integrada, promover o desenvolvimento e o ordenamento pela conservação da natureza.

Já Moura e Castro (2012) trabalham com o conceito de modernização ecológica citando autores como Mol (1992) e Acsehrad (2004), e da promoção de populações tradicionais como agentes de um novo tipo de desenvolvimento social, a partir de Bordieu (2004). Moura e Castro (2012) trazem a modernização ecológica como uma alternativa de desenvolvimento ao crescimento econômico, conectando-se com a sustentabilidade, onde se reconhecem as populações tradicionais, buscando dar mais valor aos seus produtos, por meio de modernização das técnicas e estruturação de mercados.

Há também utilização de outros termos relacionados nos artigos do portfólio bibliográfico como governança territorial (TEISSERENC; 2016 MARTINS; 2018), gestão sustentável de recursos comuns (LIMA; PERALTA, 2017), gestão compartilhada de recursos territoriais (SPERB E SERVA, 2018). Lima e Peralta (2017) pontuam que nos casos que pesquisaram há os princípios da gestão sustentável de recursos comuns, citando brevemente Ostrom. A governança dos comuns foi uma teoria apresentada por Elinor Ostrom em 1990, baseados em estudos empíricos de populações que realizam a gestão comunitária sustentável dos recursos comuns, segundo regras comuns e princípios de cooperação, proporcionando o uso e a manutenção dos recursos à longo prazo (SIMÕES; MACEDO; BABO, 2011).

Todos os conceitos mencionados possuem certa relação entre si e consistem em iniciativas em prol de um desenvolvimento alternativo ao modelo de geração de lucro por meio da sobre-exploração dos recursos naturais e de desigualdade social. Há a preocupação da redução das desigualdades e também de um desenvolvimento pautado na gestão sustentável dos recursos existentes no local.

3.3 ATIVIDADES ECONÔMICAS IDENTIFICADAS E PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

A principal atividade econômica geradora de trabalho e renda foi o turismo, presente em 13 trabalhos (81,25%). Todos os trabalhos realizados em parques inseriram informações relativas ao turismo e ecoturismo, e também alguns trabalhos em unidades de conservação de uso sustentável como área de proteção ambiental e reservas do desenvolvimento sustentável. Foram abordados o ecoturismo de base comunitária, turismo de observação de vida silvestre, turismo arqueológico, turismo de aventura e turismo ecocultural.

Oliveira et al. (2010) citou um caso de turismo na Área de Proteção Ambiental do Puraquequara – AM, em que há visitação em comunidades para realização de trilhas para conhecer espécies florestais e medicinais e para acompanhar o dia-a-dia das comunidades ribeirinhas. É importante ressaltar que apesar do turismo ser reconhecido pelas comunidades por gerar emprego e renda e proporcionar benefícios, há um conflito entre comunitários e alguns hotéis de selva instalados na região, devido à ausência de parcerias e dos empreendimentos serem os maiores beneficiários da atividade turística (OLIVEIRA et al., 2010).

Já Moura e Castro (2012) abordam uma situação diferente da que foi anteriormente relatada, que consistiu em um dos projetos experimentais que implantado na Reserva do Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - AM, do ecoturismo de base comunitária, que teve o objetivo de possibilitar o uso racional dos recursos com aumento de renda familiar e melhoria na qualidade de vida. O turismo de base comunitária em Unidades de Conservação, em que os moradores locais articulem a cadeia produtiva do turismo por meio de laços de cooperação, da valorização cultural e das paisagens naturais locais, pode ser uma estratégia que possibilite o desenvolvimento local e a justiça ambiental (BETTI; DENARDIN, 2013).

Cohen e Silva (2010) realizaram um estudo de vários parques do estado do Rio de Janeiro, sendo a única pesquisa do portfólio que analisou o ecoturismo em unidades de conservação urbanas. Os resultados da pesquisa demonstraram que alguns parques são bem equipados e cumprem seus objetivos recreativos, havendo interligação de atividades culturais e ambientais, realização de programas de educação ambiental e geração de empregos e renda para comunidades locais em situação de vulnerabilidade social. Contudo, advertem sobre os impactos negativos

da visitação em relação a população local, por meio de conflitos culturais por exemplo; e sobre os impactos ambientais provocados pelo descarte inadequado de resíduos, pela caça e coleta de espécimes pelos visitantes. Os autores pontuam que há necessidade de um planejamento estratégico para a gestão do ecoturismo e uma boa infraestrutura, de forma que garanta a boa experiência e segurança dos visitantes e da comunidade local, atingindo também o objetivo da conservação das áreas naturais.

O turismo de observação da vida selvagem consiste no segmento do turismo que se realiza a contemplação dos animais em seu habitat natural, podendo ocorrer somente a observação ou em alguns casos há a interação (BRUMATTI, 2013). O turismo relacionado à vida silvestre foi relatado na pesquisa de Sperb e Serva (2018), Dutra et al. (2011) e Vidal et al. (2019). Sperb e Serva (2018) realizou a pesquisa na Área de Proteção Ambiental Baleia Franca – SC, onde há roteiros turísticos variados, que combinam o turismo cultural, com trilhas ecológicas, passando por sítios arqueológicos e áreas rurais, onde o atrativo principal é a observação das baleias. Dutra et al. (2011) também discutiram sobre a realização de turismo para observação de baleias e atividades subaquáticas no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos – BA.

Vidal et al. (2019) realizaram sua pesquisa no Parque Nacional de Anavilhanas – AM, onde há o turismo para alimentação dos golfinhos, no Flutuante dos Golfinhos, local que recebe visitantes para observar e interagir com uma espécie-bandeira da região. O flutuante trata-se do principal atrativo de Novo Airão – AM, mas não se encontra integrado com outros atrativos e há um contato direto com o animal, diferenciando do caso da APA da Baleia Franca. Segundo a Brumatti (2013), algumas espécies possuem um apelo sentimental, tais como as espécies-bandeira, e a atividade de observação destas, pode colaborar com a sensibilização e a conservação do animal e todo seu habitat. A autora afirma que o turismo de observação da vida selvagem é uma atividade com benefícios econômicos, sociais, ambientais, que possibilitada inclusive experiências pessoais, incluindo impactos psicológicos.

O turismo arqueológico foi enfatizado em dois estudos no Parque Nacional do Catimbau (SILVA; MAIA, 2013; SILVA; PIRES, 2016). A principal atratividade deste Parque está relacionada justamente aos sítios arqueológicos, com pinturas rupestres, além do valor paisagístico e cultural (SILVA; MAIA, 2013). Veloso e Cavalcanti (2007) mencionam que o turismo arqueológico é um segmento do turismo cultural que não está bem consolidado no Brasil. Os autores entendem que é possível utilizar exemplos como o Parque Nacional da Serra da Capivara como modelo para expandir esta

atividade, realizando a visitação controlada nos sítios existentes no território brasileiro e sendo um veículo de desenvolvimento econômico.

Já o turismo de aventura foi citado no trabalho de Oliveira, Freitas e Nóbrega (2018), que pesquisaram o Parque Estadual da Pedra da Boca/PB, local onde há atividades como rapel e escalada no interior da caatinga. Estes autores verificaram que há uma perspectiva positiva da comunidade em relação aos benefícios da atividade turística, de que estaria colaborando para o desenvolvimento local. Cavalcante (2012, p. 2012) menciona que o turismo de aventura é “uma modalidade turística que promove a prática de aventura e esporte recreacional”. O autor relatou que o processo de criação do Parque Estadual Pedra da Boca esteve diretamente ligado à sugestão de praticantes de esportes de aventura. O turismo de aventura trata-se de mais uma categoria bastante possível de ser implantada em unidades de conservação, atentando-se ao ordenamento adequado para evitar impactos negativos.

O artigo de Martins (2018) analisou as relações do Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas – Peruaçu, onde foi elaborado um Plano de Desenvolvimento com Base Conservacionista, em que um dos eixos foi o desenvolvimento do turismo ecocultural. Saraiva (2008) mencionou que esta modalidade foi entendida como uma atividade que uniria os aspectos naturais e culturais, por meio da valorização de biodiversidade e da sociodiversidade do Mosaico.

Considerando todas as modalidades de turismo abordadas até então, verifica-se que são variadas as possibilidades de atividades deste cunho nas unidades de conservação. Ao analisar os artigos verifica-se também que a geração de empregos e renda por meio do turismo é diversificada, havendo a necessidade dos serviços de hospedagem, de infraestrutura da visitação como guias de turismo, mateiros e piloteiros, e de alimentação. Outra atividade potencialmente geradora de trabalho e renda é a produção e comercialização de artesanatos, que foi citada em cinco dos artigos do portfólio. Nestes cinco trabalhos, o turismo aparece interconectado com a produção de artesanatos, no qual os turistas e visitantes constituem os principais compradores.

Outra atividade que apareceu em oito artigos foi o extrativismo, por meio do manejo sustentável do pirarucu, a pesca, a coleta de caranguejo, o extrativismo de produtos florestais não madeireiros (castanhas, borracha, açaí, espécies do cerrado)

e o manejo florestal sustentável. O extrativismo é uma atividade em que se produz bens a partir da retirada de recursos naturais de sua área de distribuição natural, como a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais (DRUMMOND, 1996). No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o extrativismo é um sistema de exploração baseado na extração de recursos naturais renováveis, que deve ser realizado de forma sustentável (BRASIL, 2000).

O manejo sustentável do pirarucu foi citado em três artigos (UMMUS, 2015; LIMA; PERALTA, 2017; MOURA, CASTRO; 2012), sendo que todas remetem à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - AM e um dos trabalhos também traz o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã - AM. A criação das Reservas partiu também da mobilização dos ribeirinhos para combater a pesca comercial da espécie, que promovia o esgotamento do recurso (LIMA; PERALTA, 2017). A partir da criação da reserva, foram elaboradas estratégias de gestão sustentável do Pirarucu, definindo de cotas de pesca sustentáveis, que se basearam nas estimativas e monitoramentos frequentes da população da espécie e no rodízio de locais de pesca (LIMA; PERALTA, 2017; MOURA, CASTRO; 2012). Há pesquisas que indicam que o manejo sustentável promoveu o crescimento da população de pirarucu, e o aumento da renda média gerada pelos ribeirinhos que realizam o manejo (LIMA; PERALTA, 2017). Moura e Castro (2012) relatam que a gestão sustentável proporciona maior estabilidade monetária, mas que nem sempre os produtos de manejo são suficientes para garantia do sustento, necessitando complementar com outras atividades.

A atividade da pesca, tratada de forma mais genérica, foi citada em quatro trabalhos, sendo três em unidades de conservação marinhas e um em unidade de conservação localizada no interior do continente, além da coleta de caranguejo em uma UC marinha. Teisserenc (2016) relata que a partir da criação das Reservas Extrativistas Mãe Grande do Curuçá e São João da Ponta, ambas localizadas no estado do Pará, foi possível mobilizar um conjunto de recursos do território para diversificar as iniciativas. A autora menciona que foram reconhecidas das populações locais e de suas práticas tradicionais, além de impulsionar o melhoramento de técnicas de pesca e de extração dos caranguejos, da gestão destes recursos e comercialização.

Dutra et al. (2011) analisou Reservas Extrativistas em Abrolhos, região de importância significativa para a pesca, em que comunidades locais cujo sustento

baseia-se na pesca artesanal, e tiveram seus recursos pressionados pela pesca industrial. Neste contexto, as comunidades se organizaram e requereram a criação da Reserva Extrativista Marinha Corumbau – BA, garantindo direitos exclusivos de uso de áreas específicas.

Torneau e Kohler (2011) e Martins (2018) tratam da realização de extrativismo sustentável de produtos florestais não madeireiros. Machado (2008) define extrativismo sustentável, como o manejo de produtos florestais não-madeireiros - PFNM, tais como os frutos, sementes, flores, folhas, óleos, fibras, resinas, gomas, ervas e raízes. Os PFNM fornecem recursos para subsistência de comunidades em vários lugares no mundo, sendo utilizados como alimentos, remédios e materiais para abrigos, produção de utensílios, sendo fonte de renda e tendo um importante papel na cultura, identidade e espiritualidade (MACHADO, 2008; PEDROZO et al., 2011). Este é o caso dos castanheiros da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru/AP (TORNEAU; KOHLER, 2011). Já Martins (2018) menciona que o extrativismo em base sustentável era parte do plano DTBC no Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, pois a atividade contribuiria com a conservação e com a valorização de elementos típicos da biorregião.

Alguns trabalhos mencionaram a produção de alimentos no interior de unidades de conservação de uso sustentável (OLIVEIRA et al., 2010; TEISSERENC, 2016; SANTOS; GARAVELLO, 2016; MOURA; CASTRO, 2012). Santos e Garavello (2016) discutem sobre a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo – SP, que anteriormente era Parque Estadual do Jacupiranga e foi recategorizada em 2008. Segundo os autores, a área tem dezenas de famílias quilombolas residentes e a principal fonte de renda e de segurança alimentar é a produção agrícola. Os autores mencionam que no interior da RDS há a expansão da agricultura de base ecológica e que a recategorização foi essencial para que as comunidades tradicionais pudessem praticar a agricultura regularmente e comercializar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, garantindo a reprodução e melhoria de seu modo de vida.

Outras formas de renda foram citadas brevemente, como o ICMS ecológico e a Bolsa Floresta. Silva e Pires (2016) mencionaram que a Prefeitura de Buíque - PE recebe parcelas do ICMS devido ao cálculo do Índice de Conservação da Biodiversidade, pela presença do Parque Nacional do Catimbau em seu território. O ICMS Ecológico é um financiamento público de municípios onde haja restrições ao uso do solo para atividades econômicas convencionais, buscando incentivar a

preservação pelo aumento de receita no município e melhoria da qualidade de vida da população (SCAFF; TUPIASSU, 2005). Já o Bolsa Floresta, programa que busca compensar financeiramente a conservação das florestas realizadas populações tradicionais e indígenas do Amazonas (VIANA, 2008), foi citado por Lima e Peralta (2017), que relataram o recebimento do recurso pelas famílias da RDS Mamirauá, como mecanismo de reconhecimento e de diminuição das injustiças ambientais.

Além do panorama geral das atividades realizadas nos territórios de unidades de conservação, foram identificados outros aspectos. Em algumas situações citadas anteriormente, como no caso da Reserva do Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/AM e da Reserva Extrativista Corumbau/BA, as unidades de conservação foram criadas como forma da própria comunidade local garantir sua permanência no território e a utilização sustentável de seus recursos, face às ameaças de outras atividades econômicas predatórias. Em outros casos, as unidades de conservação promoveram o engajamento de atores locais e fortaleceram organizações locais, como na Reserva Extrativista da Canasvieiras/BA, em que a organização local e a integração de espaços de articulação permitem que os pescadores influenciem nas políticas públicas, configurando um modelo de cogestão, segundo Dutra et al. (2011). Assim, tanto o processo de criação das unidades de conservação, como sua existência, pode fomentar a mobilização social que é bastante relevante em um contexto de busca de desenvolvimento voltado às potencialidades do território, no qual necessariamente a participação popular é fundamental.

Outro exemplo é a Rede TOBTerra (Turismo de Observação de Baleias por Terra), que “surgiu em um ambiente propício a gestão participativa no território em questão tendo se originado no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF)” (SPERB; SILVA, 2018, p. 94), ressaltando que posteriormente se desenvolveu em paralelo ao conselho. A rede se formou para discutir o turismo de avistamento de baleias, e a partir de sua articulação, foram produzidos roteiros turísticos integrados de atrativos naturais, culturais, históricos, gastronômicos.

3.4 ATORES LOCAIS E RECURSOS

Um aspecto que se sobressai entre os trabalhos analisados é a importância das organizações locais. Nos artigos, foram identificadas associações ligadas ao

ecoturismo, aos condutores e guias e aos grupos extrativistas. Na Reserva do Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru - AP, por meio da Cooperativa Mista dos produtores extrativistas do Rio Iratapuru, que foi possível firmar parceria que vigorou por um tempo para fornecimento de biscoitos de castanha na merenda escolar de escolas públicas, além de parceria com a empresa de cosméticos Natura para compra do óleo de castanha e breu branco (TORNEAU; KOHLER, 2011). Silva e Maia (2013, p. 561), estudaram a Associação dos Condutores de Turismo do Parque Nacional do Catimbau - PE, mencionam que:

A participação é entendida, nesse contexto, como o empoderamento de seu patrimônio pela população local, que, por meio da cooperação, busca beneficiar a própria comunidade com o aproveitamento indireto dos bens naturais a serem conservados.

As autoras identificaram ações voltadas à cooperação partindo dos condutores, como mutirões de limpeza e ações de sensibilização em escolas para conservação do Parque. Silva e Pires (2016) que estudaram a mesma área analisaram ideias de cooperação e associativismo nas falas de condutores locais, e que estes valores são importantes para organizar as atividades coletivamente e ampliar a renda. Neste caso, a associação teve apoio de outras instituições como o SEBRAE, o IBAMA e a Prefeitura. Esta interação e apoio entre os atores é muito importante para que as atividades estejam bem estruturadas e coesas.

Se por um lado, a boa organização local e integração da comunidade é um ponto bastante positivo, por outro os conflitos representam uma fragilidade nos territórios com unidades de conservação. Os artigos relatam conflitos diversos entre atividades tradicionais e predatórias ou comunidades e setores econômicos, como relatado, por exemplo, por Martins (2018) e Dutra et al. (2012), de associações com órgãos gestores das Unidades de Conservação (SPERB; SERVA, 2018), entre membros das associações e não membros (SILVA; MAIA, 2013), entre pessoas que não se sentem beneficiadas pela atividade econômica e aqueles que obtém renda da atividade (VIDAL et al. 2019) e conflitos fundiários, como citado por Martins (2018) e Torneau e Kohler (2011). Há também a falta de articulação dos atores e o não alinhamento de agendas de diferentes instâncias políticas, conforme descrito por Teisserenc (2016).

O conflito entre atividades predatórias e tradicionais foi enfatizado por Arruda (1999), quando diz que o modo de vida de populações tradicionais que depende de áreas naturais preservadas para garantir sua sobrevivência, também está ameaçado pelo processo a expansão da fronteira agrícola e extrativista que promove a degradação ambiental. Mesmo que a Unidade de Conservação seja uma figura importante para conservação e para proteger destas outras atividades destruidoras, há um histórico no Brasil de conflitos socioambientais entre as Unidades de Conservação e as comunidades tradicionais que ocupavam o território antes da criação das UCs.

Além disso, a criação de áreas protegidas que tem sido estudada pelo campo de conflitos, havendo situações de exclusão do acesso aos bens e serviços inseridos dentro das áreas, ou de expulsão das populações residentes (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Os processos de criação de implementação da UCs devem ser permeados pela participação pública. Vivacqua e Vieira (2005) enfatizam que interação de atores políticos e sociais por meio de processos de aprendizagens mútuas é necessária para que se reverta a degradação socioecológica global.

Outro tópico relevante é a captação de recursos, abordada em alguns artigos, que possibilita a estruturação de projetos nos territórios das unidades de conservação. Martins (2018) relata a participação em edital do Ministério do Meio Ambiente em cooperação franco-brasileira, voltado para a governança territorial, para a constituição do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, localizado nos estados de Minas Gerais e Bahia, no qual buscou-se realizar o estabelecimento de metas vinculadas à conservação, às atividades econômicas e à integração da gestão das áreas protegidas. O Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico passou por recente atualização (FUNATURA, 2019), sendo que a caracterização do território foi atualizada, havendo a proposição de várias ações.

Em Abrolhos, houve várias captações de recursos e parcerias institucionais no decorrer do tempo que propiciou o diagnóstico da região, a análise dos benefícios de usos e conservação de áreas, a elaboração de uma base para criação de rede de áreas protegidas, o monitoramento dos estoques pesqueiros para futura elaboração de processos de certificação de pesca sustentável, que pode gerar novos mercados e benefícios econômicos diretos (DUTRA et al., 2011). No caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, foi captado recurso inicialmente do governo britânico por meio de uma organização não governamental, que foi investido em

pesquisas ecológicas e sociais, além da realização de projetos experimentais que consideravam:

Fortalecimento das organizações comunitárias e aos projetos inovadores de acesso ao mercado ecológico, com capacitação de gerentes locais, e de redefinição das responsabilidades sociais, com a criação de associações como novas unidades produtivas (MOURA; CASTRO, 2012, p. 31).

Posteriormente, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que buscou a continuidade e inovação dos projetos, com ações como o acompanhamento de questões de microcrédito e promoção de rodadas de negócios para comercialização (MOURA; CASTRO, 2012). Ainda segundo os autores foi realizada uma extensa gama de capacitações como parte de processos de aprendizagens voltadas para produtores locais, incluindo oficinas e cursos nos temas de manejo e comercialização do pescado/pirarucu, artesanato, ecoturismo, agricultura e manejo florestal comunitário. Assim, a captação de recursos especialmente na RDS Mamirauá, promoveu uma gama de ações, buscando fomentar o desenvolvimento sustentável sob diversos eixos e priorizando a construção de conhecimentos.

A captação de recursos por meio da articulação de atores tem grande importância, mas um risco é a descontinuidade de projetos relativos ao desenvolvimento, devido às modificações de programas internacionais de financiamento, como cita Moura e Castro (2012). Ressalta-se que há falta de políticas públicas e recursos para o fornecimento de serviços básicos para a população local (OLIVEIRA et al., 2010), além de um cenário bastante comum em várias unidades de conservação, que é a falta de recurso para que a UC realize até mesmo suas funções básicas, como a fiscalização (OLIVEIRA; FREITAS; NÓBREGA, 2018).

No contexto do turismo, a falta de infraestrutura foi citada em ao menos 4 artigos (SANSOLO, 2020; SILVA; MAIA, 2013; COHEN; SILVA; 2010; SILVA; PIRES, 2019), no qual Cohen e Silva (2010) citam a falta de sinalização em trilhas, a falta de planejamento, de recursos humanos, segurança indicadores e monitoramento do ecoturismo. Os demais trabalhos citados enfatizam a precariedade na infraestrutura e receber o turista na própria Unidade de Conservação, fato que compromete tanto o ordenamento da atividade quanto a atratividade do local. É possível resumir as

principais dificuldades apontadas no portfólio com os conflitos entre os diversos atores e a falta de recursos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho resultou primeiramente em um portfólio bibliográfico selecionado sistematicamente de buscas de Periódicos Capes, que permite um bom panorama do diálogo entre as unidades de conservação e desenvolvimento. Verificou-se que ainda são poucas as publicações que realizam este diálogo, sendo importante que sejam realizadas mais pesquisas com este enfoque. O portfólio é composto por artigos vindos de diferentes áreas de atuação, que contribuem para a construção de um conhecimento interdisciplinar e representam diferentes contextos brasileiros, já que as pesquisas foram realizadas em diversos estados, biomas, realidades socioeconômicas e culturais.

Por meio da análise dos artigos, avaliou-se que as unidades de conservação podem estar efetivamente integradas aos processos de desenvolvimento alternativos nos territórios. Esta integração ocorre de diferentes formas, a depender da categoria de unidade de conservação e das atividades que são realizadas no seu entorno ou interior. A principal atividade viabilizada nas unidades é o turismo, em modalidades diversas como turismo de observação de vida selvagem, turismo de aventura e turismo arqueológico, que geram empregos e renda para a comunidade local. O extrativismo sustentável é a segunda atividade que aparece com mais frequência.

É relevante ressaltar a importância das organizações locais. A mobilização social e organização das comunidades em associações ou cooperativas parece colaborar para que haja uma gestão sustentável dos recursos e atrativos, e que os processos de desenvolvimento aconteçam com a participação popular. Este fator é imprescindível em um desenvolvimento voltado às peculiaridades e necessidades do território, conceito trabalhado em vários artigos, apesar da variação de termos. As pesquisas abrangeram não apenas as palavras-chaves utilizadas nas buscas (desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e desenvolvimento territorial), mas evoluções dos termos como o desenvolvimento territorial sustentável, além de conceitos e estratégias com forte aderência à conservação da natureza.

A participação pública e a existência de espaços de articulação são essenciais para que uma das principais dificuldades identificadas seja superada, que é a questão

dos conflitos. A articulação de atores de diferentes instâncias é importante para uma boa governança do território, viabilizando inclusive a captação de recursos, que são essenciais em um cenário onde boa parte das dificuldades está atrelado à falta de investimento. A baixa disponibilidade de recursos dificulta o acesso das populações locais aos serviços básicos, das unidades de conservação exercerem seus objetivos adequadamente, além do provimento da infraestrutura necessária de atividades como o turismo.

Desta forma, conclui-se que a presente pesquisa fornece importantes subsídios para futuras pesquisas na área, podendo servir como ponto de partida de novas análises. Além disso, este trabalho é relevante para a própria gestão das unidades de conservação, tendo em vista todos os atores que fazem parte deste processo, pois fornece informações e análise de UCs, onde já existem iniciativas voltadas para alternativas de desenvolvimento voltadas para o território. Esta pesquisa reforça a importância de uma gestão das unidades de conservação integrada aos processos locais, gerando benefícios para o território como um todo, considerando desde questões naturais às humanas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. "Populações Tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, p. 79–93, 1999.
- BARNOSKY, A. D.; HADLY, E. A.; BASCOMPTE, J.; BERLOW, E. L.; BROWN, J. H.; FORTELIUS, M.; GETZ, W. M.; HARTE, J.; HASTINGS, A.; MARQUET, P. A.; MARTINEZ, N. D.; MOOERS, A.; ROOPNARINE, P.; VERMEIJ, G.; WILLIAMS, J. W.; GILLESPIE, R.; KITZES, J.; MARSHALL, C.; MATZKE, N.; MINDELL, D. P.; REVILLA, E.; SMITH, A. N. Approaching a state shift in Earth's biosphere. **Nature**, Londres, v. 486, n. 7401, p. 52-58, 2012.
- BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação : justiça ambiental para o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 176–190, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.
- BRASIL. Decreto legislativo nº 02, de 03 de fevereiro de 1994. Aprova o texto da Convenção sobre a Diversidade Biológica assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, 04 fev. 1992.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, 23 ago. 2002.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, 19 jul. 2000.

BRUMATTI, P. N. M. O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, p.191-206.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento local e globalização. In: BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 25-56.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CAVALCANTE, M. B. Políticas de turismo em áreas protegidas: o caso do parque estadual da pedra da boca (Araruna/PB). **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 29, n. 2, p. 203-217, 2012.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.

CECHIN, A. Fundamento Central da Economia Ecológica. MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2018. p. 33-54.

COELHO, M. S.; RESENDE, F. M.; ALMADA, E. D.; FERNANDES, G. W. Crescimento econômico e a moderna crise ambiental: uma análise crítica. **Neotropical Biology and Conservation**, São Leopoldo, v. 08, p. 53-62, 2013.

COHEN, M.; SILVA, J. F. da. Avaliação de estratégias colaborativas para atividades ecoturísticas e recreativas em parques ecológicos do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 5, p. 1097-1123, 2010.

COOK, D. J.; MULROW, C. D.; HAYNES, R. B. Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, Filadélfia, v. 126, n. 5, p. 376-380, 1997.

SILVA, J. H. da; MAIA, F. B. de A. Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional do Catimbau, Buíque–PE. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 11, n. 4, p. 559-570, 2013.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira : vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115–137, 1996.

DUDLEY, N (ed.). **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories: Developing capacity for a protected planet**. Gland, Suíça: IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais, 2008. 86 p. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/pag-021.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DUTRA, G. F.; CAMARGO E.; SANTOS, C. A. P.; CEOTTO, P. Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. **Field Actions Science Reports**, Aubervilliers, v. 3, p. 1-6, 2011.

ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L.; YAMAKAWA, E. K.; NAGAOKA, M. da P. T.; AOKI, A. R.; SIEBERT, L. C. Processo Estruturado de Revisão da Literatura e Análise Bibliométrica Sobre Avaliação de Desempenho de Processos de Implementação de Eficiência Energética. **Revista Brasileira de Energia**, Itajubá, v. 20, n. 1, p. 21–50, 2014.

FRANCO, J. L. DE A.; SCHITTINI, G. DE M.; BRAZ, V. DA S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233–270, 2015.

FUNATURA (Fundação Pró-Natureza). **Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu – 2020 – 2032**. Brasília: FUNATURA, 2019. 196 p. Disponível em: <https://www.funatura.org.br/images/docs/Plano_DTBC_Mosaico_SVP_Resolu%C3%A7%C3%A3o__Baixa.pdf>. Acesso em 22 jul. 2021.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24. n. 4, p. 483-486, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, H. C.; HARGRAVE, J.; ARAÚJO, F. F. S.; HOLMES, R. M.; RICARTE, F. M.; DIAS, B. F. S.; RODRIGUES, C. G. O.; BRITO, M. C. W. 2011. Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim Regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 03, p. 109-119, 2009.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Desafios de um processo em Construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, D. de M.; PERALTA, N. Developing sustainability in the Brazilian Amazon: twenty years of history in the Mamirauá and Amanã reserves. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 49, n. 4, p. 799-827, 2017.

LOGAN, W. P. D. Mortality in London fog incident. **Lancet**, v. 1, p.336-38, 1953.

MACHADO, F. S. **Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestão para o manejo participativo em comunidades da Amazônia.** Rio Branco: PESACRE – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre e CIFOR –Centro para Pesquisa Florestal Internacional, 2008. 105 p.

MANTOVANELI JR, O.; SAMPAIO, C. A. C. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 77-88, 2010.

MARTINS, G. I. Conservação da natureza e gestão integrada no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – Norte de Minas Gerais. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-28, 2018.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 9-20.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 42–64, 2006.

MEDEIROS, R. J.; GARAY, I. Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira. In: GARAY, I. E. G.; BECKER, B. K. (Orgs.). **As dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade – natureza no século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2006. p. 159-184.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 9, p. 83–92, 2004.

MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A. B. da; RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 14–21, 2005.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Medicine**, San Francisco, v. 6, n. 7, p. 1-6, 2009.

MOURA, E. A. F.; CASTRO, E. M. R. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 23-50, 2012.

OLIVEIRA, F. T.; SILVA, I. C.; MATOS, J. F. R.; HARA, F. A. S. Ecoturismo no Rio Puraquequara: suporte para inclusão social e proteção ambiental. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.22, n. 2, p. 283-295, 2010.

OLIVEIRA, J. P.; FREITAS, I. N. de; NÓBREGA, W. R. de M. Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: um estudo no Parque Estadual da Pedra da Boca – PB. **Holos**, Natal, v. 6, p, 151-170, 2018.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1/2, p. 10-22, 2005.

PEDROZO, E. A; SILVA, T. N; AGUIAR-DA-SILVA-SATO, S; OLIVEIRA, N. D. A. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 88–112, 2011.

PERROUX, F. Preâmbulo. In: PERROUX, F. **Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. p. 30–72.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Lista de Unidades de Conservação ativas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2020. Disponível em:< <https://dados.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao/resource/5ffc83b3-2dee-4ed1-86a8-3a70a18094c5>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. Ambiente e estilos de desenvolvimento. In: SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. p. 9-27.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANSOLO, D. G. Unidade de conservação, rodovia e território: uma análise da relação entre BR 319 e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú, Amazonas, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 32, p. 210-224, 2020.

SANTOS, K. M. P.; GARAVELLO, M. E. de P. E. Uma análise agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, SP. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz o Sul, v. 21, n. 3, p. 196-216, 2016.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ; M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SARAIVA, V. M. **Gestão integrada de áreas protegidas e estratégias de desenvolvimento territorial com base na conservação: da proposta do mosaico Grande Sertão - Peruaçu**. 133 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCAFF, F. F.; TUPIASSU, L. V. C. Tributação e Políticas Públicas: o ICMS Ecológico. In: TÔRRES, H. T. (Org.) **Direito Tributário Ambiental**. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 724-748.

SILVA, J. H. da; PIRES, M. L. L. E. S. Associativismo em áreas protegidas: Restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, T. E., SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMÕES, J.; MACEDO, M.; BABO, P. **Elionor Ostrom: “Governar os Comuns”**. Faculdade de Economia da Universidade de Porto - Economia e Política do Ambiente: Porto, Portugal, 2011. 15 p. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SINGER, P. Fundamentos. In: SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 7-23.

SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 20, n. 50, p. 93-109, 2018.

TEISSERENC, M. J. da S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em reservas extrativistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, p. 229-242, 2016.

TOURNEAU, F.; KOHLER, F. Meu coração não mudou: desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 14, p. 179-199, 2011.

UMMUS, R. E. Diversidade de respostas locais a projetos de conservação e desenvolvimento integrados. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 106-121, 2015.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEographia**, Niterói, v.4, n.8, p. 57-78, 2002.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, Teresina, v. 20, n. 1, p.155- 168, 2007.

VIANA, V. M. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 143-153, 2008.

VIDAL, M. D.; SILVA, U. L. J.; SANTOS, P. M. C.; SIMONETTI, S. R.; CHAVES, M. P. S. R. Percepción de los pobladores locales sobre los impactos socioeconómicos y conservacionistas del turismo con delfines en el Parque Nacional de Anavilhanas (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 28, n. 3, p. 802-817, 2019.

VIEIRA, P. F. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Interdisciplinar Internacional INTERthesis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 119-141, 2013.

VIEIRA, P. F. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 139–162, 2005.

WEIGAND JR., R. **Que es desarrollo con base conservacionista**. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <
https://www.academia.edu/4605907/Que_es_Desarrollo_Territorial_con_Base_Conservacionista>. Acesso em 28 jul. 2021.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. **Quanto Vale o Verde: A Importância Econômica das Unidades de Conservação Brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional Brasil, 2018.

APÊNDICE 1

PORTIFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

Nº	Periódico	Autores	Artigo	Ano
1	Sociedade & Natureza	Fagno Tavares OLIVEIRA; Ivan Crespo SILVA; Jackson Fernando Rego MATOS; Francisco Adilson Santos HARA	Ecoturismo no Rio Puruquequara: suporte para inclusão social e proteção ambiental	2010
2	Revista da Administração Pública – RAP	Marcos COHEN; Jorge Ferreira da SILVA	Avaliação de estratégias colaborativas para atividades ecoturísticas e recreativas em parques ecológicos do Rio de Janeiro	2010
3	Ambiente & Sociedade	François-Michel Le TOURNEAU; Florent KOHLER	Meu coração não mudou: desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional	2011

4	Field Actions Science Reports	Guilherme Fraga DUTRA; Eduardo CAMARGO; Carlos Alberto Pinto dos SANTOS; Paula CEOTTO	Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul	2012
5	Ambiente & Sociedade	Edila Arnaud Ferreira MOURA; Edna Maria Ramos de CASTRO	Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá	2012
6	PASOS – Revista de Turismo e Patrimônio Cultural	Josilene Henrique da SILVA; Fabiana Britto de Azevedo MAIA	Turismo, cooperação e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: o Parque Nacional do Catimbau, Buíque – PE	2013
7	Sustentabilidade em Debate	Rafael Eichemberger UMMUS	Diversidade de Respostas Locais à Projetos de Conservação de Desenvolvimento Integrados	2015
8	Caderno CRH	Maria José da S. A. TEISSERENC	Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial nas Reservas Extrativistas	2016
9	Journal of Latin American Studies	Deborah de Magalhães LIMA; Nelissa PERALTA	Developing Sustainability in the Brazilian Amazon: Twenty Years of History in the Mamirauá and Amanã Reserves	2017
10	Geo UERJ	Geraldo Inácio MARTINS	Conservação da natureza e gestão integrada no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu – Norte de Minas Gerais	2018
11	Revista das Ciências da Administração	Matias Poli SPERB; Maurício SERVA	Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável	2018
12	Holos	Jaiane Padilha OLIVEIRA; Idiamara Nascimento de FREITAS; Wilker Ricardo de Mendonça NÓBREGA	Participação comunitária no desenvolvimento do turismo: um estudo no Parque Estadual da Pedra da Boca – PB	2018
13	Redes	Katia Maria Pacheco dos SANTOS; Maria Elisa de Paula Eduardo GARAVELLO	Uma Análise Agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, SP	2018
14	Ambiente & Sociedade	Josilene Henrique da SILVA; Maria Luiza Lins e Silva PIRES	Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco	2019
15	Estudios y Perspectivas em Turismo	Marcelo Derzi VIDAL; Urbano Lopes da Silva JÚNIOR; Priscila Maria da Costa SANTOS; Susy Rodrigues SIMONETTI;	Percepcion de los pobladores locales sobre los impactos socioeconômicos y conservacionistas del turismo com delfines em el Parque Nacional de Anavilhanas (Brasil)	2019

		Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues CHAVES		
16	Sociedade & Natureza	Davis Gruber SANSOLO	Unidade de conservação, rodovia e território: uma análise da relação entre BR 319 e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú, Amazonas, Brasil	2020

FONTE: A autora (2021).